

# Sarney busca acordo mais amplo com PTB

Das sucursais e do serviço local

O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem, em Brasília, que seu partido poderá firmar protocolo com o PTB envolvendo além do apoio parlamentar ao governo do presidente João Figueiredo, acordo em torno da sucessão presidencial. Já o presidente nacional do PTB, Ricardo Ribeiro, afirmou em Belo Horizonte que do acordo com o PDS não resultará um compromisso de seu partido contra o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República.

Sarney ressaltou também que já foi feita uma avaliação sobre o acordo com o PTB e "está tudo muito bem, vai ser feito um protocolo que está sendo redigido". Em relação ao envolvimento do protocolo com eleição presidencial assinalou o senador que ele não seria feito apenas em torno do acordo parlamentar, mas de partido para partido. "O desejável seria que envolvesse também a sucessão presidencial."

Ricardo Ribeiro reiterou que "o PTB tem um compromisso com as diretas e apoiará sucessivamente todas as emendas que propõem a volta do pleito popular". Ressaltou que os entendimentos com o PDS são demorados "e não um negócio que se paga e recebe na hora", e acrescentou que o PTB "fará todos os entendimentos sempre que houver interesse popular em jogo".

Enquanto isso, no Congresso, tem-se especulado, com frequência, sobre a possibilidade de o PTB vir a servir para registrar, perante o Senado, uma candidatura alternativa à Presidência da República que fosse do agrado do Palácio do Planalto e que servisse para combater a deputado Paulo Maluf, caso venha a ser escolhido na convenção nacional do PDS.

A possibilidade de o PTB lançar na reunião do colégio eleitoral do dia 15 de janeiro de 1985 o nome do ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, também foi admitida, pois ele foi do PP e atualmente está sem legenda partidária. O ex-prefeito seria o elemento das simpatias do Palácio do Planalto, capaz de agregar votos de deputados e senadores.

Ainda hoje poderá ser frustrada a tentativa do novo líder do PTB, deputado Celso Peçanha, de formalizar o bloco da maioria, aliando-se ao PDS, pois as resistências na bancada petebista ainda não foram vencidas e tudo indica que a liderança não conseguirá apoio necessário da maioria dos deputados para oficializar o bloco PDS-PTB.

Por sua vez, o deputado Jorge Cury (PTB-RJ), esclareceu que o Palácio do Planalto está apertando o PTB para votar a favor dos projetos do governo no Congresso Nacional, como retribuição pelos cargos que o partido recebeu. Porém, lembrou que não apoiará pessoalmente as iniciativas do governo, porque sempre foi contrário a "esse acordo fisiológico, que em nada beneficiou a imagem do partido perante a opinião pública". "Os que estão sendo beneficiados pelo governo que votem com ele. Eu voto contra, mesmo que a bancada feche questão", frisou.

Em São Paulo, enquanto já se fala até numa possível substituição do líder do PMDB na Assembléia, deputado Luís Máximo, por causa do descontentamento da bancada diante do acordo do governo com o PTB, o vice-líder peemedebista, Antonio Resk, dizia ontem que "a bancada da situação nunca se divide — isto só existe quando a bancada é oposicionista —, podendo haver, quando muito, só chiadeira".

Outro peemedebista, Hélio César Rosas, repetia que esse acordo era desnecessário e o vice-líder e vice-presidente regional do PTB, Fernando Silveira, ameaçava que "se o governador demorar muito para se definir não vai mais interessar".

"Esse acordo não vai acrescentar nada, era desnecessário e vai representar desgaste para o partido", destacou ainda Hélio Rosas, lembrando que Paulo Egydio governou com minoria, quando a Arena só tinha 25 deputados contra 43 do MDB e "nunca precisou fazer coligação e conseguiu aprovar tudo". Ao mesmo tempo, o petebista Fernando Silveira salientou que "sempre há os descontentes que pretendiam que o governo não tivesse maioria" e acredita que "não vai haver maiores problemas com essa aparente divisão da bancada do PMDB".